

ESCRAVOS NOS ANÚNCIOS DE JORNAIS: "DIÁRIO DE PERNAMBUCO", NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, NA DÉCADA DE 1870

José Anselmo da Silva[1]

Resumo
Nesta apresentação, vamos trabalhar os jornais com anúncios de escravos fugidos, como também apreendidos pela Polícia, em Recife, onde esses escravos tiveram seus nomes publicados nos anúncios das seguintes edições do Diário de Pernambuco: Nº ED 00002, 03/01/1871; Nº ED 00027, 02/02/1871; Nº ED 00247, 29/10/1874; Nº ED 00280, 07/12/1874; Nº ED 00293, 23/12/1874 e Nº ED 00273, 27/11/1877, com os casos de apreensão por suspeita de ser escravo de Manoel Francisco do Nascimento, José da Cruz e João de Tal (detidos em São José) e Eugênio, dos escravizados Luiz, de 50 anos, Antonia 30 anos e Querino preto, entre tantos outros escravos fujões, no tempo do Império, na segunda metade do século XIX, na década de 1870, baseado em obras como "Liberdade: Rotinas e Rupturas do escravismo de Recife", do autor Marcus J. M. de Carvalho e o autor Robert Conrad, sobre os últimos anos da escravidão. Seremos guiados pela proposta de Carlo Ginzburg, dos rastros deixados por esses sujeitos.

Palavras-chave: Escravos. Fugidos. Recife.

Nesta pesquisa vamos trabalhar os jornais com anúncios de escravos fugidos, bem como negros apreendidos pelas Rondas feitas pela Polícia, entre os anos de 1871 a 1877. O trabalho de pesquisa fora recentemente iniciado, por isso, ainda não temos muitos resultados totalmente analisados. Para esse texto, destaco autores que também fizeram uso dos anúncios de jornais. Dentre eles, Joaquim Nabuco, que numa página de "O abolicionismo" se serviu dos anúncios dos escravos nos jornais para atacar o regime escravista; e Gilberto Freyre que alegou que seria possível, por meio dos anúncios de jornais, identificar a região ou o povo de origem dos sujeitos ali descritos. Os resultados do trabalho estão em processo de encaminhamento.

O espaço escolhido para ser trabalhado é o Recife. Para trabalhar essa temática, também estou pesquisando processo de escravos, Sebastião, Joaquim de João Marinho da Gama, Florentino e Leandro Aprígio da Purificação dentre outros, como um ponto de partida e apoio, com função da documentação, produzida pelo

[1] Mestrando em História pela Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: jads.anselmo@yahoo.com.br



poder judiciário, apontando a possibilidade do estudo de alguns aspectos da vida cotidiana, posto que a justiça estava interessada em perceber o evento criminoso, acabando por penetrar no dia-a-dia dos implicados, por que traz até nós o registro do cotidiano escravista e oferece ainda o relato de senhores, agregados, negociantes e até mesmo dos escravizados e testemunhas, a respeito de um mesmo evento. Entretanto nesse trabalho mostramos os escravizados descritos no Diário de Pernambuco como fonte histórica. Percebemos que o Recife, na década de 1870, era um dos principais centros urbanos do Império do Brasil, possuindo imenso contingente escravo.

Nos anúncios de fugas, fica perceptível a multiplicidade das imagens dos escravos procurados à recuperação ou para venda. Através da caracterização dessa população, conforme sexo, faixa etária, ocupações, marcas corporais, estratégias ou ausência delas para a fuga, esse classificado de gente era muito comum, e aparecia de forma destacada com títulos em negrito e letras grandes com a intenção de captar a atenção do leitor, dentre os quais passo a mencionar os seguintes escravizados: Luiz de 50 anos (Diário de Pernambuco, 14/12/1877), cor preta, estatura regular, com falta de dentes na frente, “levou vestido calça e camisa de algodão de lista e chapéu colfo”; Antônia crioula de 30 anos de idade (Diário de Pernambuco, 12/02/1872), “indo vestida com vestido de cambraia amarela, trazendo sobre os ombros um xale com assento roxo e barra”; Querino (Diário de Pernambuco, 07/12/1876), cor preta, diz ser livre, “levou vestido uma calça preta, uma camisa de algodãozinho branco e paletó de alpaca preto velho, levou furtadas do companheiro duas camisas francesas de chita azul e cinzenta com quadros, um chapéu de feltro branco de abas largas”, como também a busca e apreensão da população andarilha noturna, que era o principal alvo das rondas feitas pela polícia, sendo o indivíduo negro o primeiro elemento social a atrair os olhares repressores, pois “escravizados são apreendidos quase que sem querer” (SCHWARZ, 2018, p. 46).

Assim, qualquer elemento de cor que fosse encontrado, nos cantos das calçadas, ou circulando pelas ruas era capturado e até segunda verificação ficava detido “por suspeita de ser escravo”, como podemos citar: Manoel Francisco do Nascimento (Diário de Pernambuco, de 27/11/1877); José da Cruz (Diário de Pernambuco, de 29/10/1874) e João de Tal [detidos em São José] (Diário de



Pernambuco, de 03/01/1871) e Eugênio (Diário de Pernambuco, de 02/01/1871), entre tantos outros, onde à noite representava tanto para os escravos, quanto aos libertos um espaço de sociabilidade importante com outros setores sociais, pois as danças, os batuques e os cultos religiosos ocorriam com constância nesse horário, representando um momento próprio da identidade cultural de origem africana, uma vez que estava longe do senhor e de seu feitor, desfrutando momentos de liberdade, segundo Leila Algranti (1988, p. 50), que foi perseguido com o toque de recolher à noite, pois se fossem pego pelas autoridades policiais recifenses no horário noturno, tinha que apresentar uma carta de seu senhor com autorização para circular à noite, caso contrário eram recolhido a Casa de Detenção (GOMES, 2012, p. 146).

Ao longo da segunda metade do século XIX, muitos escravos lutaram por sua liberdade jurídica, mediante Ações de Liberdade e de processos de negociação com seus antigos senhores, que várias vezes reescravizaram e descumpriram acordos. Segundo Sidney Chalhoub, em "*Visões da Liberdade: Uma história das Últimas décadas da escravidão da corte, 1990*", demonstra o quanto foi decisivo nas décadas finais do segundo Reinado, o significado da liberdade dos negros, tendo em vista que este era um assunto econômico e agora se tratava também de um assunto político; além disso, durante o tempo em que vigorou a escravidão no Brasil, a visão de liberdade dos negros não se limitou a posse de Cartas de Alforria, pois conseguir espaços de autonomia na escravidão. Também representou uma forma de liberdade, por exemplo, cultivar um pedaço de terra para sua subsistência, acumular algum dinheiro com serviços eventuais, constituir famílias nas senzalas e criar relações sociais por meio de compadrio constituíram para os escravizados e seus descendentes formas de autonomia antes da abolição.

A cidade do Recife, região litorânea é cercada por ilhas das águas dos rios Beberibe e Capibaribe, eram onde os escravos viviam nas três principais freguesias da cidade, Recife Antigo, São José e Boa Vista, e também nos arrebaldes, onde cresceram e se multiplicaram na segunda metade do século XIX. O Recife, consolidou-se como um importante cenário para compreender o comportamento e o cotidiano dos que nela conviviam, marcadas pela presença de cativos e homens livres, realizando os mais diversos ofícios. Estavam lado a lado com as modernidades que o meio urbano experimentava, oferecendo à cidade a convivência entre uma instituição tradicional, como a escravidão, e os avanços resultantes de



uma ideologia de progresso. Os serviços de iluminação, transporte coletivo, abastecimento de água, esgoto e limpeza faziam parte das necessidades de Recife em expansão, perdendo apenas para cidade do Rio de Janeiro e Salvador, mesmo sendo marcante a precariedade com que eram prestados em que a mão-de-obra escrava fazia-se presente, tanto nos serviços públicos, como nos particulares, sendo o papel do escravo urbano fundamental para o funcionamento do Recife. O crescimento do perímetro urbano recifense esteve ligado ao porto, que desempenhava sua função de local de escoamento da produção açucareira e dos insumos produzidos nas províncias vizinhas, também servia de porta de entrada para o progresso, pela qual "chegavam as tendências arquitetônicas, as novidades da moda, as ideias filosóficas (COSTA, 2009, p. 27).

Baseado em duas obras, a primeira de Marcus J. Maciel de Carvalho, que mostra a situação do escravo em Recife, no contexto urbano e o seu relacionamento com os diversos agentes históricos, de que a vida dos cativos seria mais fácil, além de nuances desenvolvidas como estratégias de caminho para a liberdade, que se constituíram em rotinas e rupturas do escravismo, entretanto, mais importante ainda é perceber que a vida urbana não tornava o cativeiro mais suave ou a alforria mais fácil, ao contrário, era outra forma de exploração, "O ar da cidade cheirava escravidão" (CARVALHO, 2002, p. 175). A segunda obra importante é do autor Robert Conrad, o qual expõe o cotidiano dos escravos, evita considerá-los como vítimas do sistema que aceitavam passivamente a "anulação de toda sua personalidade" demonstrando que na maioria das vezes o cativo buscava romper com a lógica da escravidão, em que "malha de solidariedade" eram construídas a todo o momento, transformando-se em importantes instrumentos na luta diária pela sobrevivência. Evidentemente que o autor Conrad não chega a simplificar as relações familiares e comunitárias entre escravos e homens livres em função da resistência, mas revela uma complexa rede que interligava seus componentes, onde as diversas partes da sociedade estreitavam suas relações fundamentadas no princípio força/violência e favor/negociação.

O presente também faz parte da história do homem negro, que reflete no futuro de esperança na igualdade entre o homem branco e negro. De acordo com a classe de trabalhadores, existem ainda a preocupação com a melhoria das condições de trabalho, que mostram que a escravidão existe de forma abrangente,



temporal e geograficamente em algumas áreas, onde se enraizou perversamente em nosso cotidiano, onde temos autores que demostram os caminhos percorridos pelos escravos, primeiro na obra comentada por Marcus J. M. de Carvalho, quando ele cita Gilberto Freyre e os viajantes, oitocentista ao Recife, tais como: Henry Koster; Maria Grahm; Charles Darwin e Tollenare, os quais comprovam na historiografia à escravidão dos negros, no complexo urbano da cidade patriarcal-"Recife" (terras de antigos engenhos, que se transformou em povoações, depois subúrbios, onde havia muitos sítios, engenhos) e pelas ruas, respectivamente (CARVALHO, 2002, p. 26-28), que moldou a colônia nos mais de trezentos anos de duração do escravismo legal no Brasil, mas também esteve na base da construção do Estado e da nação por 80 anos ou mais, se tomarmos como marco dessa construção a vinda da família real em 1808.

Os escravizados oitocentistas e descendentes, daqueles que foram trazidos para o Brasil, provenientes da África, tiveram como as principais áreas fornecedoras de escravos para o Brasil, no tráfico de escravos transatlântico os escravos que tinham culturas distintas, da Guiné e o Sudão, ao norte da linha do equador, do Congo e Angola, no Centro e Sudoeste da África, que vieram, entre outros, os afantis, axantis, jejes, peuls, hauçás (mulçumanos chamados malês na Bahia) e os nagôs ou iorubas e a região de Moçambique, na Costa Oriental, que tinha uma grande influência política, cultural e religiosa, em ampla área sudanesa. Eram de cultura banto, os negros provenientes do Congo e da Angola – os cabindas, caçanjes, muxicongos, rebolos, monjolos e Moçambique, como exemplo José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros das rotas atlânticas: verificado nas notas sobre a reconstituição de trajetórias da era da abolição, segundo Beatriz Galloti Mamigonian e baseados na bibliografia de Robert Conrad, "Os últimos anos da escravatura no Brasil", que nos guiou através da proposta de Carlo Ginzburg dos rastros deixado por esses sujeitos singulares, narrando a história vista de baixo na década de 1870, na cidade de Recife, conhecida pela formação única de três ilhas, cortadas pelas águas dos Rios Capibaribe e Beberibe e três pontes, que fazia a ligação aos três bairros, a primeira entre Recife e Santo Antonio, e outras duas saindo de Santo Antonio, para Afogados e Boa Vista" (CARVALHO, 2002, p. 22).

Os escravos durante a viagem no Atlântico, desenvolveram entre eles uma cumplicidade, que chamamos de malungos, que significa companheiro, pessoa na



mesma condição. Ao chegar aqui, aqueles escravos que haviam suportado todo o sofrimento da viagem, eram estocados em diversos locais, como o “Cais de Angelo”, e levados posteriormente, para quarentena, nos depósitos localizados em Santo Amaro, onde passavam pela engorda. Outros escravos não sobreviviam ao clima ou doenças contagiosas e morriam, os sobreviventes eram vendidos nos mercados de escravos existentes nas Ruas da Senzala Velha e na Rua da Alfândega Velha, hoje, não mais existentes, pois a memória antiga foi apagada, ou seja, derrubaram aquele Recife-Antigo. Os escravos trabalhavam na agricultura, nos ofícios e nos serviços domésticos e urbanos. Nunca faltaram fugas de escravos no Recife (CARVALHO, 2002, p. 176). Os negros do campo cultivavam para à exportação, atividade que dava sentido à colonização, a cana-de-açúcar, o algodão, o fumo, o café, além de se encarregarem da extração dos metais preciosos, onde muitos fugiam dos engenhos e plantações do interior, a cidade, com suas ruas intensas, que poderia ser o melhor esconderijo (CARVALHO, 2002, p. 177). Os negros de ofício especializaram-se na moagem da cana e preparo do açúcar, em trabalhos de construção, carpintaria, olaria, sapataria, ferraria etc. No século XIX, não foram poucos os escravos que trabalharam como operários em nossas primeiras fábricas. Quanto aos negros domésticos, escolhidos em geral entre os mais "sociáveis", cuidavam de praticamente todo o serviço das casas-grandes e habitações urbanas: carregar água, retirar o lixo, além de transportar fardos e os seus senhores em redes, cadeiras e palanquins, onde alguns fugiam da cidade para o interior, buscando a distância do senhor, ou a proximidade de parentes, amores, amigos e pessoas da mesma etnia ou nação (CARVALHO, 2002, p. 176).

No século XIX generalizou-se ainda a atividade dos negros de ganho e dos negros de aluguel. Os primeiros buscavam serviços na rua, trabalhando como ambulantes, por exemplo, com a condição de dividir com os seus senhores a renda obtida. Os segundos eram alugados a terceiros também para variados serviços. Era comum vê-los nas ruas falando alto, oferecendo-se para trabalhos, chamando a atenção dos pedestres ao se aproximarem com fardos pesados, entoando cantos de trabalho. Ê, cuê... / Ganhador... / Ganha dinheiro / Pra seu sinhô. Nas minas e lavouras de exportação, nestas últimas na época de safra, era comum o escravo trabalhar até 14 ou 16 horas, alimentando-se e vestindo-se mal e se expondo ao clima. Em geral amontoavam-se em senzalas impróprias para a habitação e



careciam de cuidados médicos, sendo frequentemente vítimas de doenças que se tomavam endêmicas, como a tuberculose, disenteria, tifo, sífilis, verminose, malária. A média de vida útil, por isso, variava de sete a dez anos. Não há motivos para se duvidar da brutalidade das condições gerais de vida e da violência dos castigos recebidos.

Além das rondas, encontramos no Diário de Pernambuco, de 17/12/1874 um episódio, que envolveu um escravo do Barão de Muribeca noticiava que às 10 horas e meia de ontem o bonde de nº 34 atropelou uma corroça de conduzir açúcar, Rua do Imperador, de maneira que deu em resultado o esmagamento de uma perna do pardo José, que a guiava. Acreditamos que o fato do pardo acidentado ser de propriedade do Barão de Muribeca, influenciou no socorro imediato por parte do subdelegado, que "providenciou o que exigia o caso". E como o ferimento, foi julgado grave, o tal pardo, "foi recolhido ao Hospital Pedro II, por ordem do seu senhor".

Alguns desses incidentes poderiam ter consequências mais graves, como ocorreu com o menor Gabino, a 14/02/1872, na ocasião em que tentava descer do último carro de um "trem de carga da Companhia dos Trilhos Urbano do Recife à Caxangá" no momento que passava "em frente ao quartel da companhia de cavalaria no Campo das Princesas", e terminou por esmagar "o menor, preto, escravo do Sr. Dr. Francisco Jacinto Pereira da Motta". Já em 1876, foi noticiado um incidente, que nos parece mais sinistro e carente de explicações, no qual foi estampado que "um dos carros da Companhia de Ferro, que faz o serviço na linha dos Afogados, matou por esmagamento um preto, que se lançou sobre os trilhos", segundo pessoas que estavam presentes e contaram a polícia. Artigos como este parecem querer atestar a incapacidade da gente de cor, pregando a natural dependência do negro, como aponta Lilia Moritz Shawarcz, que nada podia fazer sem a tutela e os cuidados de um senhor (COSTA, 2009, p. 38).

A linguagem dos anúncios nos jornais seria a agência; os agentes seriam de um lado, o senhor de escravos, de outro, o próprio escravo a quem poderia ser por vezes atribuída, nas relações dramáticas de que participava, a condição simbólica ou mítica de herói rumo a liberdade. O anúncio do escravo fugido André, nariz e boca a proporção, bastante barbado, fala grossa, pés e mãos compridos, não tem marcas de açoites pelo corpo, levou uma pistola e uma faca, Diário de Pernambuco,



de 21/6/1870 (FREYRE, 2010, p. 113); de estatura regular e bem feito de corpo, de rosto comprido e de olhos grandes, tendo apenas o "olhar amortecido", era o crioulo de 18 a 20 anos chamado Pedro, Diário de Pernambuco, de 5/4/1870 (FREYRE, 2010, p. 134). Observa-se que pelas características dos escravos retratados nos jornais brasileiros do século XIX, podem ser estatísticamente classificado de negros, fulôs, pardos, mulatos e acaboclados, assim como suas origens tribais como sendo de Moçambique, Angolas, Caçanjes, Benguelas, etc., além do sexo, idade e funções. (FREYRE, 2010, p. 189). A essas relações senhor-escravo, ativo e passivo, refletivas de modo ora oblíquo, ora direto nesses espelhos antropológicos, que são os anúncios sobre a matéria tão dramática, os relativos a escravos nos jornais brasileiros, constituem exemplos sociologicamente ideais do que Burke chama "modos de ação" e esta simbólica: [...] e agente senhoril, de estimar os entes humanos de sua propriedade – propriedade ativa quanto a manifestarem motivos do escravo, objeto de anúncios de jornais, quer para se resignar passiva e, por vezes afetivamente a essa condição – quando apenas expostos à venda ou posto em aluguel – quer para reagir ativamente contra ela pela fuga: uma forma de insubmissão ou de revolta (FREYRE, 2010, p. 50). No Recife fixam numa linguagem de caracterização antropológica dos fujões, que parece ter fornecido modelos à imprensa do Império inteiro: "fugiu o escravo João, crioulo, cor preta, estatura regular, idade 36 anos mais ou menos, tem ambas as pernas inchadas e trabalha pelo ofício de pintor" Jornal do Comércio, de 5/1/1877 (FREYRE, 2010, p. 166). Os anúncios de escravos fugidos e de compras e vendas de negros nos deixam às vezes diante de mistérios profundos, poderia ser até devido a sentimentos de humanidade e religião, ter o escravo sadio e boa conduta ou alcançar uma boa avaliação na praça, mas sabemos com certeza que era o sangue das casas grandes escorrendo nas senzalas, pois a cor predominante em Pernambuco era fula, por conta da intensa mestiçagem entre os escravos, frequentemente aparecendo os mulatos e as mulatas alvas, aças, sararás, claras, de cabelos liso, cacheado, ruço, ruivo, loiro (FREYRE, 2010, p. 168).

Mas a vida dos escravos em nosso país não se resumia à mera condição de força de trabalho, de instrumento passivo dos grupos dominantes, supostamente os únicos agentes da história. Que o digam as fotografias desses escravos dos dias de maior vigor do regime de trabalho escravo no Brasil agrário-patriarcal como as que



constam do arquivo do Museu do Açúcar do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – Coleção Francisco Rodrigues e Gilberto Freyre, como também disse um dos viajantes ao nosso Brasil, Charles Darwin, que presenciou o espetáculo da escravidão e pediu a Deus para nunca mais voltar a observar às cenas de castigo num país escravocrata. Deviam-se submeter-se às condições impostas por uma sociedade exploradora e violenta, coube também aos negros escravos criar uma estratégia de sobrevivência e, até mesmo, uma nova identidade, que lhes permitisse viver o seu dia-a-dia. Aos negros, em suma, restava a resistência impetuosa à violência que sofriam ou a adaptação tática às regras do jogo. A primeira, representada pela sabotagem do trabalho, abortos provocados, assassinato de senhores e feitores, fugas, feitiçarias, suicídios, organização de quilombo e insurreições, constitui a manifestação aberta da contradição, a dinâmica do conflito. Temos exemplo no Município de Campos, um anúncio na folha do Jornal do Comércio de 17/2/1870 pelo Monitor campista, que noticia assim um assassinado:

> Fôra assassinado por um seu escravo o rico proprietário o fazendeiro do Município de Campos Miguel José Ferreira Conteiro. Sabemos que indo o infeliz assassinado de uma sua fazenda em Cassimbas para a serraria que tinha em outra fazenda, também sua, aquele seu escravo, que premeditamente fugira da Fazenda-Grande a margem do rio Parahyba (possessão do mesmo assassinado), informando-se do que lhe convinha saber, procurou encontrar-se com seu senhor, o que efetuou na estrada de Marcos Perto; estranhando este vê-lo tão longe de onde o supunha, depois de perguntar-lhe a que viera, ao que o escravo responderia, de certo, em termos de satisfazer a pergunta mandou-lhe que imediatamente fosse para a fazenda donde viera: ia dando de rédea ao cavalo, quando o escravo lhe atirou, à traição, uma formidável pancada na parte posterior da cabeça, com um pau que afeiçoara para esse fim; e como o infeliz caísse do cavalo atordoado por efeito de tão brutal pancada, o malvado, armando-se com sua faca, lhe rasgou cruelmente o corpo, acabando assim a vida ao misero senhor. O assassino foi preso e recolhido à cadeia de S. João da Barra (Jornal do Comércio, 1870, p. 1).

Os quilombos, por exemplo, formaram-se em praticamente todas as regiões do Brasil. Joaquim Nabuco, em manuscrito de 1870, apesar de considerar Palmares “uma das lendas pernambucanas”, narrou sua história como a “única tentativa dos negros entre nós para se emanciparem” (REIS, 1996, p. 99).

Desse modo, a presença do negro na sociedade escravista brasileira não pode ser medida apenas pela influência na criação de hábitos e pela participação no



trabalho e na formação da cultura nacional, mas também por sua atuação quotidiana no processo penoso e difícil de conquista da liberdade e de recuperação de sua identidade. Castro Alves, em agosto de 1870, escreveu um poema apaixonado, saudando aquele “ninho d’águias atrevido” que, numa região de “valentes”, soltou “a flâmula agitada [...] nas ondas da escravidão” (GOMES, 1996, p. 99). "Trabalho é coisa de negro", costumava-se dizer na época da escravidão. "O negro é pobre porque não trabalha", dizem hoje muitas pessoas. Familiares aos nossos ouvidos, esses ditos são exemplos de visões estereotipadas e preconceituosas sobre o negro no Brasil.

A primeira foi uma forma de impor e justificar o trabalho escravo. A outra é um subproduto da nossa história recente, diretamente relacionado com a forma que teve a abolição em nosso país. Sobre esta os historiadores contemporâneos têm uma opinião praticamente consensual: a abolição, mesmo tendo havido movimentação dos negros, foi um negócio de brancos. Ela tirou o negro da condição de escravo, mas deixou de lado as propostas de abolicionistas como Patrocínio, Nabuco e Rebouças: distribuição de terras para os ex-escravos, assistência econômica e social, acesso à educação, ampliação do direito à participação política, reformas, enfim, que fizessem do negro um cidadão. 0 sociólogo Florestan Fernandes, autor de muitas pesquisas sobre o tema, concluiu que os negros, a despeito da liberdade jurídica obtida, foram duplamente espoliados: não receberam nenhuma indenização pelos quase 350 anos de escravidão e ainda viram abalar-se o seu principal liame com a sociedade, ou seja, o trabalho.

Enquanto o imigrante europeu já estava ajustado às regras de mercado de trabalho na sociedade competitiva, o negro não dispunha de tempo para se readaptar e ainda enfrentava o estigma da cor. De "agente privilegiado" do trabalho passou à condição de "negro refugiado". A ele, excetuando-se os que tiveram a oportunidade de se qualificar profissionalmente, ainda na sociedade escravista, foram destinados os serviços brutos e braçais nas cidades — os "serviços de negro" — e a economia de subsistência, junto com os brancos pobres, nas roças e fazendas.

Na cidade ou no campo, eles foram, em sua maioria, "marginalizados", ficando sujeitos, por isso, juntamente com o resto da população pobre e insatisfeita, à criminalidade, à prostituição, ao alcoolismo e, daí, à rejeição social. Se os ideais



abolicionistas acabaram esquecidos pela maioria dos que haviam lutado contra a escravidão, o mesmo não ocorreu com os negros conscientes de sua real situação. Nas primeiras décadas do século, criou-se, particularmente em São Paulo, uma "imprensa negra", preocupada com alguns dos problemas não resolvidos pela abolição e em orientar o comportamento da comunidade negra, até porque está vinculado ao racismo, desigualdade social, em grande parte medida como resultado da escravidão. A educação foi um de seus principais objetivos: o negro deveria educar-se para elevar-se socialmente, além de evitar o alcoolismo, a boémia e as arruaças. Ao longo dos anos, inúmeros jornais foram fundados.

Enquanto no século XIX o pensamento social cingia-se ao escravo, o século atual vai assistir ao desenvolvimento da reflexão sobre e pelo negro, testemunhando também uma grande renovação para inclusão dos negros nas Universidades, permitindo assim uma oportunidade de formação de estudos para o negro, através da reivindicação política, que deve ser continuada, por meio de campanhas de entidades como o Centro de Estudos da Cultura e Arte Negra (CECAN) e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, para consolidar a valorização da "mãe negra" e combate ao analfabetismo, através da criação de Leis como a de Afonso Arinos, que considerava como contravenção penal a discriminação de raça, cor e religião, criação de novas entidades de estudos e de defesa dos direitos dos negros, além da realização de diversos encontros e congressos a fim de conscientizar a população e os políticos a conquistar novos direitos para os negros do nosso Brasil.

A importância dessa reflexão tem o objetivo de contribuir para mostrar por meio de uma cartilha a memória da escravidão, que foi um dia a base da economia de nossa região, oferecendo a crianças e adolescentes do 1º Grau e outros, segundo Siman (CÔRTES, 2014, p. 2) oportunidade de tomarem consciência da historicidade de sua própria vida e de relacioná-las a historicidade de sua coletividade, que se estará propiciando o desenvolvimento de estruturas mentais e atitudes que acolherão a complexidade da temporalidade histórica, [...], chegando a sua própria identificação enquanto ser social com o alargamento de fronteiras temporais e espaciais.

No Brasil de hoje nossos jornais e revistas documentam, direta ou indiretamente, a persistência da discriminação contra os negros e os mestiços. São, por exemplo, os casos, eventualmente publicados, de pessoas negras barradas em



boates, hotéis de luxo e nos elevadores sociais. Ou, ainda, o noticiário das páginas policiais, onde o negro, juntamente com o branco pobre, está sempre presente, levado pelas mazelas e injustiças do capitalismo selvagem. Entretanto, a luta dos negros pela cidadania efetiva, vem ganhando destaque, como exemplo a Sindsprev-PE, realizou atividades sobre Consciência Negra no sábado (30/11/2019), no Centro de Formação e Lazer (CFL), conforme Diário de Pernambuco, do dia 30/11 e 1º de dezembro de 2019. Além também de registros nos documentos dos movimentos organizados para a defesa dos direitos civis e políticos; nas lutas pela democratização racial, através da via parlamentar, de uma imprensa alternativa e das organizações comunitárias e de pesquisa negras; na valorização e preservação dos elementos fundamentais da cultura negra.

Este trabalho de pesquisa envolve a análise de processos cíveis ou criminais, através de pesquisas em Arquivos, no Memorial de Justiça de Pernambuco, para mostrar a memória registrada dos escravos em Recife, como também no livro da Casa de Detenção do Arquivo Público, além de pesquisas de jornais na Hemeroteca Digital e Bibliográfica. Assim essas fontes são válidas e ricas como jazidas, que no âmbito da investigação, partindo do contexto "O nome e o como, da obra de Carlo Ginzburg, podemos rastrear as relações dos escravizados e seus senhores, além dos caminhos que os mesmos possivelmente traçaram na cidade de Recife, cujas séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo, grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome (GINZBURG, 1989, p. 174).

Ginzburg deu força, de um modo de conhecer o homem que integra os fatos singulares e a compreensão mais ampla, a ciência e a literatura, o saber nos vários sentidos da palavra, valorizando o mental no campo do conhecimento da história dos homens. Neste trabalho não é diferente, pois ele procura de certa forma conhecer o comportamento dos escravos, o seu modo de agir e pensar, através de estratégias e planos para melhorar sua condição de vida, diante de uma sociedade que os tratavam como coisa, que se vendia como mercadoria de valor.

Os escravos dos senhores enfrentam a oposição e perseguição da Instituição centenária escravocrata, bem como o poder Estatal. Ao invés de cometer



suicídio se alimentando do barro e da macaxeira crua, fazer arruaças e rebeliões contra o seu senhor, decidiram fazer a sua própria fuga, apoiados pelos negros libertos, pardos e livres, associações a favor da abolição, em busca de uma vida melhor.

A rebelião feita para se entregarem a polícia, em busca de justiça às vezes terminava no enforcamento do escravo, que não tinha direito e reconhecimento como cidadão, para uma defesa justa e eficaz, restando apenas a sorte, para não ser encontrado após a fuga.

Por fim, o sonho de ter uma vida melhor, estava em encontrar a liberdade, tão explorada e falada pelo autor Sidney Chalhoub, a promessa de liberdade ainda não cumprida pelos senhozinhos e sinhazinhas, por conta da força imposta pelo sistema, através dos testamentos dos bens, os quais submetiam os escravos à condições para conseguir a liberdade, como cuidado e submissão de filhos e netos de senhores após a morte dos mesmos, ficando na responsabilidade de cuidar dos familiares dos senhores, que muitas vezes achavam que não estavam sendo bem tratados e se negavam a fornecer as alforrias.

Sobre o cuidado dos escravos com seus filhos, pode-se relembrar o caso de Simeão, filho de uma escrava, que nasceu no mesmo dia que morreu o filho de sua senhora, tendo a escrava abdicado de seu filho, entregando-o a sua senhora, que o criou como filho até ficar adolescente e depois, que o senhor morreu ainda impôs condições, para sua liberdade, restando ao filho, que sentiu traído o ódio, optando pela rebelião contra aquela, que o amava como filho, cometendo assim uma tragédia na família, pois Simeão não pensou na irmã adotiva nem na mãe, se unindo a outros escravos, que tinha opinião oposta para cometer homicídio na família.

O que se busca, em última análise, é a construção de uma história do negro que reflita o seu estar e sentir na sociedade brasileira pela participação do negro em pontos históricos, condição indispensável para a formação de uma consciência negra. Esta consciência, por sua vez, é essencial à sua participação, juntamente com as outras comunidades, na construção da democracia no Brasil.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. “O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.



CARVALHO, Marcus J. M. de. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
CHALHOUB, Sidney. Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil. Salvador: Civilização brasileira, 1978.

COSTA, A.H.D.A. "E trovejou o cacete": cotidiano, resistência e criminalidade escrava. Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7734>. Acessado em: 30/09/2019.

FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. 4.ed. São Paulo: Global, 2010.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo, Companhia das Letras, 1939.

GINZBURG, Carlo. A micro-história e outroa ensaios. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. Liberdade por um fio. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros das rotas atlânticas: notas sobre a reconstituição de trajetórias da era da abolição. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2010000000075> Acessado em: 05/09/2019.

SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. Dicionário da Escravidão e Liberdade. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.